

Congresso chancela intervenção no Distrito Federal

O Senado Federal aprovou nesta terça-feira (10/1) o decreto do presidente Lula que determinou a intervenção federal na segurança pública do Distrito Federal. A votação foi simbólica e não fez uso do painel eletrônico para a contagem dos votos.

Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil



Golpistas bolsonaristas inconformados com a derrota eleitoral deixaram um rastro de destruição em Brasília no domingo (8/1)
Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

Com a intervenção ratificada pelo Congresso Nacional, a União é a responsável pelo comando da segurança pública no Distrito Federal no lugar do governo local. A medida é válida até 31 de janeiro de 2023.

Apenas oito senadores votaram contra a medida. Foram eles:

Carlos Portinho (PL-RJ)
Luis Carlos Heinze (PP-RS)
Zequinha Marinho (PL-PA)
Carlos Viana (PL-MG)
Eduardo Girão (Pode-CE)
Flávio Bolsonaro (PL-RJ)
Plínio Valério (PSDB-AM)
Styvenson Valentin (Pode-RN)

A intervenção já estava em vigor desde o último domingo (8/1), quando o decreto foi assinado pelo presidente Lula, mas precisava passar pela aprovação da Câmara e do Senado. Nesta segunda-feira (9/1), a Câmara dos Deputados já havia referendado a medida.



A intervenção foi provocada pela série de atentados terroristas promovidos por extremistas bolsnistas que deixou um rastro de destruição no Supremo Tribunal Federal, no Congresso Nacional e no Palácio do Planalto.

A polícia militar e o governo do Distrito Federal tiveram uma atuação questionada no combate aos atos dos extremistas. Vários integrantes da PM local foram flagrados tirando fotos e filmando os atos de terror ao invés de cumprirem seu dever profissional.

A Advocacia-Geral da União (AGU) já pediu a prisão do Secretário de Segurança Pública do DF, Anderson Torres. O governador do DF, Ibaneis Rocha, por sua vez, foi afastado do cargo pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal.

Meta Fields